



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**  
**DIRETORIA LEGISLATIVA**

**LEI N. 2.329, DE 12 DE JULHO DE 2018**  
**(DOM 12.07.2018 – N. 4.398, ANO XIX)**

**ALTERA**, na forma que especifica, a Lei n. 391, de 4 de agosto de 2014, que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição em corridas no município de Manaus aos doadores voluntários de sangue.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** Transforma o parágrafo único em § 1.º e acrescenta o § 2.º ao art. 1.º da Lei 391/2014, que passa a vigorar da seguinte forma:

“**Art. 1.º** Omissis.

**§ 1.º** A isenção da taxa de inscrição fica condicionada à apresentação da carteira de doador ou à comprovação de três doações consecutivas de sangue para homens e duas para mulheres em um período de doze meses anteriores à data das corridas.

**§ 2.º** O atleta doador fica limitado a quatro isenções de taxa de inscrição de corrida por ano.”

**Art. 2.º** Altera a redação do art. 3.º e acrescenta o art. 4.º, com o seguinte teor:

“**Art. 3.º** Deverão ser isentos da taxa de inscrição três por cento do total de inscritos na corrida, sendo obrigatória a ampla divulgação da lista de atletas contemplados com o benefício.

**Art. 4.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”.

**Art. 3.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 12 de julho de 2018.

**ARTUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO**  
Prefeito de Manaus



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS

Manaus, quinta-feira, 12 de julho de 2018.

Ano XIX, Edição 4398 - R\$ 1,00

## Poder Executivo

### LEI Nº 2.326, DE 12 DE JULHO DE 2018

**INSTITUI**, no âmbito do município de Manaus, a terceira semana do mês de setembro como a Semana da Conscientização Cívica, Cultural e Política, e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** Fica instituída, no âmbito do município de Manaus, a terceira semana do mês de setembro, como a Semana da Conscientização Cívica, Cultural e Política.

**Parágrafo único.** Durante a Semana da Conscientização Cívica, Cultural e Política serão promovidas atividades, campanhas e projetos de incentivo à preservação da cultura manauara e de conscientização cívica e política.

**Art. 2.º** As escolas, os colégios, as instituições municipais e as entidades não governamentais poderão desenvolver programações como a realização de palestras e atividades práticas de incentivos à conscientização cívica, cultural e política.

**Art. 3.º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Art. 4.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 12 de julho de 2018.

  
**ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO**  
Prefeito de Manaus

### LEI Nº 2.327, DE 12 DE JULHO DE 2018

**DISCIPLINA** a exposição pública de material erótico, pornográfico ou violento no município de Manaus.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** Proíbe a exposição indiscriminada de periódicos, revistas, jornais, livros, DVDs, CDs e cartazes em bancas, livrarias,

locadoras de DVDs, CDs ou estabelecimentos que comercializem produtos que envolvam conteúdos erótico, pornográfico ou violento para menores de dezoito anos.

**Parágrafo único.** Os estabelecimentos que vendem produtos com conteúdo erótico, pornográfico ou violento deverão reservar espaço próprio, de menor visibilidade, para a exibição de material de acordo com o que estabelece o art. 78 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Art. 2.º** O estabelecimento que desrespeitar o disposto nesta Lei incorrerá nas seguintes penas, sucessivamente, após possíveis reincidências:

I – na primeira autuação: multa de cem Unidades Fiscais do Município (UFMs);


II – na segunda autuação: multa de duzentas UFMs;

III – fechamento administrativo, lacrando as entradas do imóvel a partir da terceira reincidência e subsequentes até que seja sanado o descumprimento.

**Art. 3.º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

**Art. 4.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 12 de julho de 2018.

  
**ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO**  
Prefeito de Manaus

### LEI Nº 2.328, DE 12 DE JULHO DE 2018

**DISPÕE** sobre a instituição do Dia do Síndico, a ser comemorado no dia 30 de novembro, e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** Fica instituído, no Calendário Oficial da Cidade de Manaus, o Dia do Síndico, a ser comemorado, anualmente, no dia 30 de novembro.

**Art. 2.º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

**Art. 3.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 12 de julho de 2018.

  
**ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO**  
Prefeito de Manaus

**LEI Nº 2.329, DE 12 DE JULHO DE 2018**

**ALTERA**, na forma que especifica, a Lei n. 391, de 4 de agosto de 2014, que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição em corridas no município de Manaus aos doadores voluntários de sangue.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** Transforma o parágrafo único em § 1.º e acrescenta o § 2.º ao art. 1.º da Lei 391/2014, que passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1.º Omissis.

§ 1.º A isenção da taxa de inscrição fica condicionada à apresentação da carteira de doador ou à comprovação de três doações consecutivas de sangue para homens e duas para mulheres em um período de doze meses anteriores à data das corridas.

§ 2.º O atleta doador fica limitado a quatro isenções de taxa de inscrição de corrida por ano.”

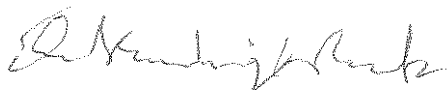
**Art. 2.º** Altera a redação do art. 3.º e acrescenta o art. 4.º, com o seguinte teor:

“Art. 3.º Deverão ser isentos da taxa de inscrição três por cento do total de inscritos na corrida, sendo obrigatória a ampla divulgação da lista de atletas contemplados com o benefício.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”.

**Art. 3.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 12 de julho de 2018.

  
**ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO**  
Prefeito de Manaus

**LEI Nº 2.330, DE 12 DE JULHO DE 2018**

**CRIA** o Conselho de Mobilidade Urbana de Manaus (CMUM) e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** Fica criado o Conselho de Mobilidade Urbana de Manaus (CMUM), instância colegiada de caráter consultivo, propositivo e participativo em questões relacionadas às ações de mobilidade urbana.

**Art. 2.º** São atribuições do Conselho:

I – opinar sobre a elaboração da Política Municipal de Mobilidade Urbana e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;

II – apresentar propostas de aprimoramento do planejamento, controle, fiscalização e operação da mobilidade urbana do Município;

III – propor a criação de normas municipais sobre mobilidade urbana, visando à compatibilização da legislação municipal com os planos estadual e nacional sobre a matéria; e

IV – acompanhar, monitorar e avaliar:

a) os investimentos públicos e privados em mobilidade urbana;

b) a implementação das políticas, programas, projetos e ações do Poder Público na área de mobilidade urbana; e

c) a prestação dos serviços públicos municipais de transporte, trânsito, ordenamento urbano e infraestrutura e saneamento e sua eficácia, apresentando sugestões para sua melhoria;

V – zelar pela oferta de transporte público adequado aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI – conhecer os estudos técnicos relacionados ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e permissão dos serviços públicos de transporte do Município, monitorando e acompanhando os critérios de fixação das tarifas dos serviços;

VII – apresentar propostas de aprimoramento do planejamento, controle, fiscalização e operação dos serviços públicos de transporte e trânsito do Município;

VIII – promover debates, consultas e audiências sobre assuntos de sua competência; e

IX – elaborar, aprovar e modificar seu Regimento Interno.

**Art. 3.º** O Conselho de Mobilidade Urbana de Manaus (CMUM), órgão colegiado presidido pelo Prefeito Municipal de Manaus ou pessoa por ele especialmente designada, será composto por vinte e quatro membros e respectivos suplentes, da seguinte forma:

I – oito representantes do Poder Público Municipal, indicados no § 1.º do art. 3.º;

II – um representante da Comissão de Transporte, Mobilidade Urbana e Obras Públicas da Câmara Municipal de Manaus;

III – sete representantes da sociedade civil, sendo um de cada associação ou fórum de moradores da Macrounidade orla Rio Negro Oeste; Macrounidade orla do Rio Negro Leste; Macrounidade Centro; Macrounidade Integração; Macrounidade Tarumã-Açu; Macrounidade Leste; Macrounidade Dúcke;

IV – um representante do Sindicato dos permissionários ou concessionários do transporte urbano, indicado por seu presidente;

V – um representante do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário Coletivo Urbano de Manaus, indicado por seu presidente;

VI – um representante do Conselho Municipal da Pessoa Idosa;

VII – um representante do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;

VIII – um representante dos Diretórios Centrais dos Estudantes;

IX – um representante do Conselho Regional de Economia, indicado por seu presidente; e

X – um especialista com notório saber na área de mobilidade urbana e assuntos correlatos.

**§ 1.º** Os representantes do Poder Público serão indicados pelos seguintes órgãos e entidades:

I – um representante da Prefeitura Municipal de Manaus, designado pelo Prefeito;

II – um representante da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos;

III – um representante do Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito (Manaustrans);

IV – um representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminf);

V – um representante do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb);

VI – um representante do Conselho Municipal de Gestão Estratégica;

VII – um representante da Procuradoria-Geral do Município;

VIII – um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas); e